

DIAGRAMA •

CEFET-MG é notícia

MARGEM AO CENTRO

Prestes a completar dez anos, Lei de Cotas precisa do aval do Congresso para continuar

páginas 6 a 9



• COM LOUVOR •

Pesquisa de professor do CEFET-MG é reconhecida como a melhor tese do mundo

página 4 e 5

• RECOMEÇO •

Ações extensionistas permitem que pessoas do sistema prisional sonhem novamente

páginas 10 e 11

• É OURO •

Alunos são destaque na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica

página 12

Lei de Cotas, por igualdade de condições



A Constituição Federal de 1988 prevê que todo cidadão tem o direito à Educação. Porém, nem toda a população teve acesso a esse direito, pois boa parte das universidades era compostas por indivíduos mais favorecidos socialmente. Por consequência, o ambiente acadêmico ficava distante das minorias sociais, afinal a condição social, econômica e educacional desses indivíduos é distinta dos demais.

Nesse contexto, a chamada “Lei de Cotas” (Lei nº 12.711/2012), veio para garantir o acesso à Educação a mais grupos sociais. Assim que vigorou, percebemos que a maioria das Instituições de Ensino passou a não ser mais ambiente exclusivo de uma elite econômica e social, mas um espaço para todos os grupos sociais. Essa lei se mostrou e se mostra importante, pois, ao considerarmos as desigualdades sociais brasileiras, percebemos que esse sistema trouxe maior equidade de condições para que o(a) vestibulando(a), independentemente de sua condição social, pudesse ter acesso a uma Educação de qualidade e gratuita.

A minha história como cotista evidencia muito bem isso. Para ser estudante do CEFET-MG, prestei o vestibular por dois anos consecutivos. Em 2017, então no 9º do Ensino Fundamental, prestei o processo seletivo. Na época, não tinha muito conhecimento, tampouco sabia sobre a política de cotas para o(a) aluno(a) que sempre estudou em escola pública e que não renda *per capita* elevada. Apesar de me enquadrar nessas condições, concorri a uma vaga pela modalidade de Ampla Concorrência. O resultado foi a não aprovação. Por mais que eu tenha me esforçado o ano inteiro

para conseguir a aprovação, não consegui. Considero que isso tenha ocorrido pelo desnível das minhas condições educacionais em relação às dos meus concorrentes, boa parte deles oriundos do sistema privado e com poder aquisitivo para fazer um cursinho preparatório. Passada toda essa experiência, em 2018, decidi prestar mais uma vez o exame para me tornar estudante do CEFET-MG. Decidi concorrer pelo Sistema de Reserva de Vagas (SRV). Ao ser divulgado a lista de aprovados, obtive aprovação em primeira chamada.

Dessa forma, acredito que essa política de ação afirmativa me oportunizou concorrer em igualdade de condições com estudantes com trajetória formativa semelhante à minha. Assim sendo, posso concluir que a política de cotas é muito importante para os vestibulandos menos favorecidos socialmente, pois promove uma Educação inclusiva, ao possibilitar que um grupo social menos favorecido possa ter acesso a uma Educação pública, gratuita e de qualidade. A Educação muda a vida das pessoas, e a todos deve ser dada a oportunidade justa de acesso a ela. Não se deve negar a determinado grupo social esse direito, sobretudo aquele(a) que já teve seus direitos negados em parte da sua trajetória formativa. Viva a Política de Cotas! Por dez, vinte, trinta anos mais!

João Victor Rodrigues Alves Silva

3º ano do curso técnico em Meio Ambiente

Diretor de Relações Multicampi do Grêmio Marielle Presente – *campus* Curvelo

• EXPEDIENTE •

Diretor-Geral
Prof. Flávio Santos

Vice-Diretora
Prof.ª Maria Celeste

**Secretário de
Comunicação Social**
Luiz Eduardo Pacheco

Editor
André Luiz Silva
MTB 15.533/MG

Projeto Gráfico
Brígida Mattos

Diagramação
Pedro Godoy

Ilustração Capa
Luciana Ruiz Vilhena

Equipe de Jornalismo
Diogo Tognolo
Flávia Dias
Gilberto Todescato Telini
Nívia Rodrigues



Av. Amazonas, 5.253 • Nova Suíça • Belo Horizonte • MG
CEP 30.421-169

Tel. (31) 3319-7004

redacao@cefetmg.br | www.cefetmg.br

Para muitos “heureka!”

Oficina de Ideias, no *campus* Gameleira (BH), vai agregar comunidade acadêmica em atividades *maker*, de empreendedorismo e inovação

• André Luiz Silva •

A retomada das atividades presenciais no CEFET-MG promete ser de novidade para o *campus* Gameleira, em Belo Horizonte. Isso porque lá vai abrigar a “Oficina de Ideias”, um espaço que visa promover inovação e aprendizado colaborativo.

De acordo com a coordenadora do espaço, professora Cláudia França, a Oficina de Ideias é o lugar onde a ideia toma corpo e se materializa, por meio de suportes físicos, digitais e interacionais. “Caracterizar e nomear esse lugar como o lócus em que a criatividade é o ‘carro-chefe’, é inserir o CEFET-MG nos processos técnicos, tecnológicos da contemporaneidade, na compreensão da gestão da produção do conhecimento de maneira aberta e coletiva”, explica.

A Oficina de Ideias conta com onze diferentes espaços, entre eles, *coworking*, galeria, sala de reuniões e jardins. O local será compartilhado pela Nascente (incubadora de negócios de impacto de base tecnológica), Coordenação de Inovação e Empreendedorismo e Laboratório Maker (*Lab CEFETMaker*) e contou com recursos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), por meio Edital nº 35/2020.

Para a coordenadora do Núcleo Incubador da Nascente em Belo Horizonte, Silvana Alves, a junção de atividades, programas e setores em um mesmo espaço pode ajudar a fortalecer os esforços e a identidade de um espaço da Instituição relacionado às temáticas afins à incubadora. “Tenho a expectativa que a Oficina de Ideias vai fomentar o trânsito dos públicos-alvo da Nascente e, com isso, conseguiremos potencializar o nosso trabalho”, projeta.

O estudante, segundo Silvana, pode ter interesse em trabalhar em indústrias, em empresas, como pesquisadores, como docentes e, por que não, como empreendedores. “Por

essa razão, as instituições de ensino estão proporcionando novas experiências em termos de processos formativos, o que inclui os *coworking*, os espaços *maker*, as incubadoras etc.”, conclui.

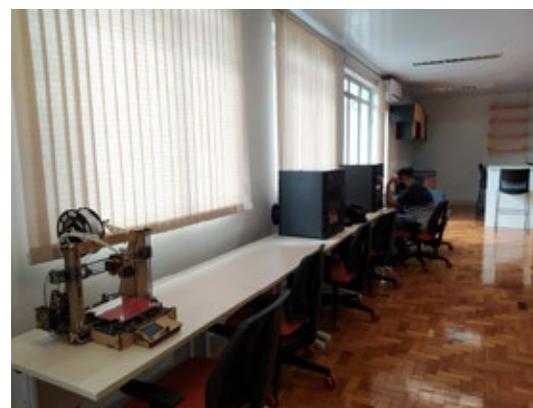
“Faça você mesmo”

O *Lab CEFETMaker* é um laboratório aberto que tem sua origem na cultura “*Do it yourself*” (“Faça você mesmo”). De acordo com essa “cultura moderna”, explica Cláudia França, qualquer pessoa pode construir, modificar e fabricar projetos com as próprias mãos. “Considerado a nova revolução digital, mas com perspectiva física mais evidente que a virtual, esse movimento permite que o indivíduo desenhe e produza coisas tangíveis de acordo com suas demandas”, explica. Para isso, conta com equipamentos conectados por um *software* personalizado (laser controlado por computador; impressora 3D; fresadoras em grande e pequena escala; componentes para fundição etc.).

Em setembro, o *Lab CEFETMaker*, dando início aos trabalhos, selecionou 19 estudantes voluntários para estagiar em seus espaços, incluindo nos *campi* Divinópolis, Varginha e no Espaço de Ideias, no *campus* Gameleira (BH). Celina Hoffman, aluna do primeiro ano do curso técnico em Equipamentos Biomédicos, no *campus* Nova Gameleira (BH), foi uma das selecionadas e diz estar com boas expectativas para o início do estágio. “Eu me voluntariei para atuar no Espaço de Ideias para viver e aprender coisas novas e acrescentar atividades extras em meu currículo, sempre me preocupei muito com meu futuro e em evoluir meus conhecimentos”, conta.



Oficina de Ideias vai contar com espaços para *coworking* e sala de reuniões abertos às comunidades interna e externa



O *Lab CEFETMaker* vai possibilitar aos usuários construir, modificar e fabricar projetos com as próprias mãos

Autor da melhor tese do mundo é professor do CEFET-MG

Pesquisa desenvolvida por Allan Cupertino garante funcionamento sem instabilidades de sistemas de energias renováveis

• Flávia Dias •

O professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica do CEFET-MG Allan Cupertino foi premiado como autor da melhor tese do mundo na área pela *Applications Society* (IAS), do *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE). “Fico bastante honrado com este reconhecimento. Representa o resultado combinado de três fatores muito importantes. Primeiro, um planejamento bem feito. Eu planejei bastante o tema que queria trabalhar e fiz questão de pesquisar um tema que me empolga. O segundo fator é muito trabalho em equipe. Por fim, mas não menos importante, o esforço. Esforço dos meus pais, que sempre me incentivaram, meu esforço pessoal, da equipe que trabalhou comigo e dos meus orientadores, que sempre abriram várias portas durante minha caminhada”, destaca Cupertino, mestre e doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

A tese “*Modeling, design and fault-tolerant strategies for modular multilevel cascaded converter-based statcoms*” se insere no cenário atual do sistema elétrico de potência, caracterizado pela presença de fontes de energia renovável, sobretudo solar e eólica. Nesse contexto, os compensadores são de suma importância. Compensadores são dispositivos que ajudam o sistema elétrico a funcionar sem instabilidades e apagões. “Vamos pensar que o sistema elétrico tem vários geradores (por exemplo, as usinas hidrelétricas) e vários consumidores (motores, chuveiros elétricos etc.). Quando está tudo funcionando normalmente, a energia gerada é igual a energia consumida. Porém, a potência consumida pelas cargas varia ao longo do dia (por exemplo, às 6h diversas indústrias entram em operação) e, nesse caso, as unidades geradoras precisam aumentar a energia gerada para garantir que a tensão fornecida para as cargas permaneça constante. O problema é que a variação de carga é quase instantânea e os geradores demoram um tempo para aumentar a energia gerada”, explica o professor.





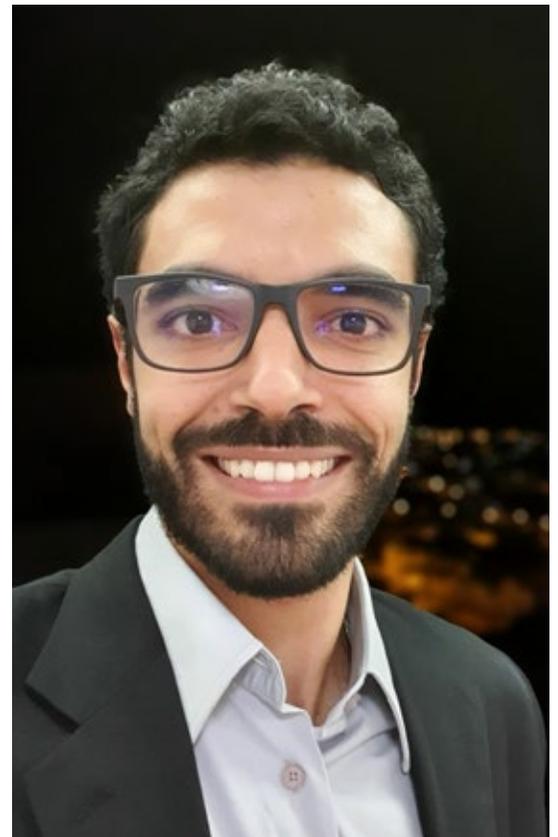
Segundo o pesquisador, a característica intermitente da geração eólica e solar resulta em instabilidades e problemas de qualidade de energia no sistema elétrico. Nesse contexto, os compensadores estáticos síncronos (STATCOM, sigla em inglês para *Static Synchronous Compensator*) ajudam a manter a tensão na rede elétrica em valores adequados. “Costuma-se dizer que as perdas desses dispositivos não são medidas em *watts*, mas em milhões de dólares, visto que esses conversores operam permanentemente conectados ao sistema elétrico. Dessa forma, o foco da minha tese é propor compensadores estáticos eficientes e com elevada confiabilidade, reduzindo, assim, os custos da tecnologia”, explica.

De acordo com Allan, o sistema elétrico de potência está em um processo de transição e espera que em breve os países tenham matrizes energéticas 100% renováveis. “Para que isso seja possível, tecnologias que possibilitam estabilizar e melhorar a qualidade de energia em frente a intermitência de geração são fundamentais. Acredito que a tese contribui para a redução de custos da tecnologia dos compensadores, que são cada vez mais importantes para o sistema elétrico de potência. O que desejamos é que o custo adicional dos compensadores não seja um entrave para o crescimento das fontes de energia renovável no mundo”, conclui.

Trajectoria

Allan é graduado em Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Em 2011, ingressou na Gerência de Especialistas em Sistemas Elétricos de Potência (GESEP), laboratório de pesquisa onde teve o primeiro contato com fontes de energia renovável. Em 2013, deu início ao mestrado na UFMG, onde trabalhou com certificação de inversores fotovoltaicos. Em 2014 (no meio do mestrado), realizou o sonho de se tornar professor, quando passou no concurso do CEFET-MG. No final de 2016, iniciou o doutorado na UFMG e, em 2018, fez o doutorado sanduíche na Universidade

de Aalborg, na Dinamarca. Defendeu a tese no final de 2019. “Hoje sou professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica do CEFET-MG. Espero poder contribuir para que nosso Programa abra um curso de doutorado nos próximos anos. Também gostaria de desenvolver pesquisas em Belo Horizonte, tentando aproximar nosso centro de pesquisa da indústria, uma tarefa árdua, mas não impossível. Acho que a pesquisa tem que sair da universidade e atingir as pessoas que nos financiam com seus impostos. E, logicamente, como professor e pesquisador, espero poder contribuir para a formação de diversos profissionais e inspirar, mostrando que é possível realizar pesquisa de ponta no nosso Brasil”, conclui Allan.



Allan Cupertino espera aproximar academia e indústria, por meio das pesquisas desenvolvidas no CEFET-MG

Lei de Cotas completa 10 anos mudando o perfil das instituições de ensino brasileiras

Lei passará por revisões e abre o debate: as cotas continuam sendo necessárias? Quais desafios ainda existem?

• Diogo Tognolo •

Estudantes pretos, pardos e indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passaram de 36% do total de alunos em 2003 para 52% em 2018. Nesse mesmo período, estudantes com renda mensal familiar per capita de até um salário-mínimo e meio aumentaram de cerca de 44% para 70,2%. Hoje, há mais de 55 mil estudantes com deficiência no ensino superior. Os dados são da “Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES”, organizada pela Andifes, e retratam uma mudança no perfil das universidades brasileiras que se deu, em grande parte, graças à Lei nº 12.711, promulgada em 2012, popularmente conhecida como “Lei de Cotas”.

A lei estipula que cursos de graduação e de ensino técnico de nível médio em instituições federais deverão reservar 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dentro desse percentual, incluem-se reservas para negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência e pessoas com baixa renda, buscando adequar o número desses grupos nas universidades com a proporção na população em geral.

A lei estabelece ainda que, ao final de um período de 10 anos, será promovida a revisão dessas condições de acesso às instituições federais – prazo que se completa em 2022. Alguns projetos de lei, em tramitação na Câmara Federal e no Senado, buscam discutir esse prazo e aperfeiçoar a legislação. O Projeto de Lei nº 4.656/2020, por exemplo, propõe ajustes e a extensão da política de cotas por mais 10 anos, enquanto o PL nº 1.788/2021 prevê a ampliação do prazo para 20 anos, ou seja, com a revisão da lei feita em 2032.

Continuidade

O que mudou de 2012 até agora? Essa extensão da lei é necessária? Quais ajustes deveriam ser feitos e como melhorar o acesso e permanência de grupos minoritários nas instituições de ensino? Para a professora Silvani Valentim, coordenadora de Gênero, Raça, Ações Afirmativas e Identidades do CEFET-MG (CGRAI), é necessário defender as políticas de ações afirmativas para a próxima década, buscando a atuação no âmbito das casas legislativas e o diálogo com senadores, deputados e setores jurídicos para demandar a continuidade e aprimoramento da lei. Silvani explica que a legislação trouxe importantes avanços e, em seus dez anos de vigência, melhorou processos para garantir condições de igualdade. “Um avanço importante com relação às cotas raciais refere-se à realização de bancas de heteroidentificação (verificação de cor e etnia) para evitar as fraudes com relação à autodeclaração de pertença racial”, detalha. “As cotas raciais e as bancas oportunizam a conscientização sobre as dinâmicas das relações raciais no Brasil, sobre a falácia da democracia racial, sobre o racismo estrutural, institucional e epistêmico e sobre a importância de promovermos a Educação das Relações Raciais na formação de professores, nos currículos escolares e na gestão educacional”.

A pesquisadora Anna Carolina Venturini afirma que os dados mostram que a Lei de Cotas foi fundamental para a mudança no perfil de estudantes do ensino superior brasileiro. Anna é pós-doutoranda, vinculada ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento



(Cebrap), e pesquisa as ações afirmativas na pós-graduação. “A Lei de Cotas contribuiu muito para o início dessa transformação do ensino superior, mas ainda há um longo caminho a percorrer, de modo que é fundamental que a reserva de vagas continue sendo aplicada por um período adicional”, explica. Ela também fala sobre os desafios particulares da pós-graduação, que não é regulamentada pela Lei de Cotas. “A pós-graduação tem um processo seletivo completamente diferente da graduação e que exige uma série de qualificações e experiências, de modo que em algumas áreas e programas o acesso pode ser mais difícil do que na graduação”, afirma Anna Carolina. “A permanência na pós-graduação apresenta um desafio adicional nos casos de programas que exigem dedicação exclusiva, ou seja, não permitem que o estudante realize a pós e exerça outra atividade remunerada. E, no cenário de uma escassez cada vez maior de bolsas

de mestrado e doutorado, isso pode acabar excluindo alguns grupos e impactando a diversidade que é tão importante para a inovação e o avanço da ciência”.

Os desafios à permanência dos estudantes negros, indígenas, de baixa renda ou com deficiência também são citados por Silvani Valentim como pontos de atenção. Afinal, o acesso a uma vaga na universidade é apenas o primeiro desafio para alguns grupos. “São necessárias políticas estudantis com uma maior envergadura para melhor garantir a permanência e a realização educacional”, explica. “São bem-vindos programas que envolvam ações focadas no aprimoramento dos conhecimentos e vivências que os/as estudantes negros trazem para o CEFET-MG, é necessária uma política de permanência estudantil mais robusta, com projeções e estudos de impacto e que atinjam todos os níveis de ensino”.

Quem está nas instituições federais?



Rede Federal

48,76% pardos

10,85% pretos

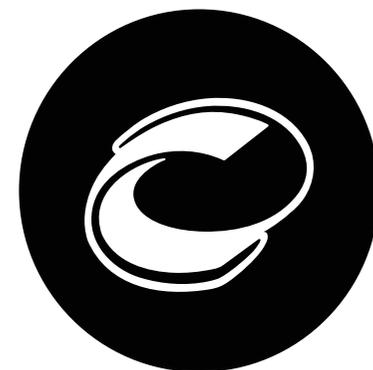
73,40% têm renda familiar de até
1,5 salários-mínimos

CEFET-MG

43,68% pardos

8,34% pretos

63,75% têm renda familiar de até
1,5 salários-mínimos



Fonte: Dados da Plataforma Nilo Peçanha, relativos à 2019, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Novas cores e sonhos

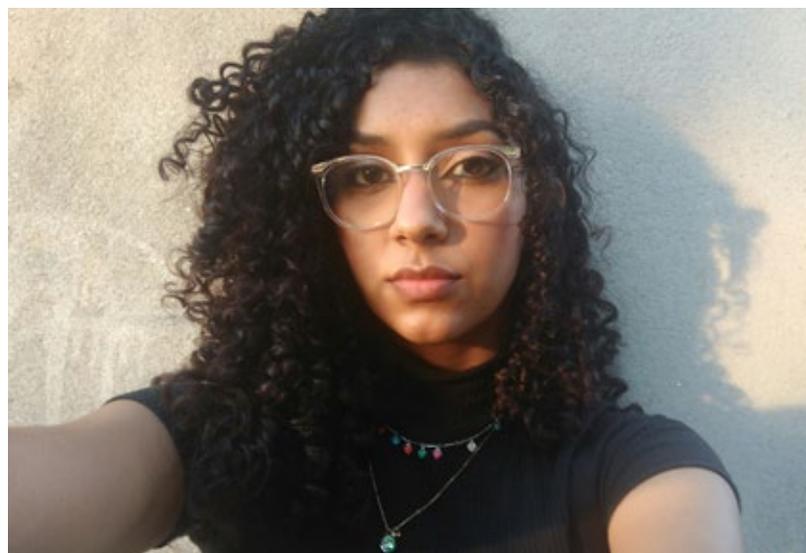
Estudantes que ingressaram por meio do Sistema de Reserva de Vagas se destacam nas atividades acadêmicas e profissionais

• Nívia Rodrigues •

Júlia, 21 anos, moradora de BH. Jhennifer, 20, moradora de Lavras. Mulheres e negras, características que, segundo as estatísticas, contribuem para a escassez de oportunidades. De acordo com o estudo “Brasil: retrato das desigualdades gênero e raça”, elaborado por pesquisadoras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), “a perversa manifestação da dupla discriminação que atinge mulheres negras faz com que estas se encontrem concentradas nos piores postos de trabalho, recebendo os menores rendimentos, sofrendo com as relações informais de trabalho e ocupando as posições de menor prestígio na hierarquia profissional”. Porém, a realidade das duas e de outros milhares de estudantes em todo o Brasil pôde ganhar outros rumos com a institucionalização, entre outros fatores, da política de cotas na Educação.

Júlia Botelho ingressou no CEFET-MG em 2014, por meio de todas as modalidades do Sistema de Reserva de Vagas (raça, renda e escola pública) e concluiu o Ensino Médio Técnico no curso de Hospedagem. Ser aprovada para ingresso, juntamente com o primo, na Instituição que a avó foi faxineira muitos anos antes, causou grande comoção na família. “Minha mãe conta que levava o almoço da minha avó e sonhava em ter uma filha estudando no CEFET, mas, na época, acreditava ser impossível, por achar que era uma Instituição paga. Então, quando eu fui aprovada, foi um choque para mim, tive a sensação de carregar uma história muito maior que eu”, relembra.

Jhennifer Rodrigues compartilha do mesmo sentimento. Ingressou no Ensino Médio Técnico em Redes de Computadores (Nepomuceno) em 2017, por meio das modalidades de cotas raça e escola pública. “Foi muito importante, pois era uma nova oportunidade nas mãos de mudar uma história de gerações, onde muitas pessoas da minha família não conseguiram concluir nem o Ensino Fundamental”, esclarece.



Por meio das ações afirmativas, Jhennifer Rodrigues pode estudar onde a avó havia sido faxineira: “Tive a sensação de carregar uma história maior que eu”

Apesar do choque cultural, Júlia aproveitou as oportunidades que foram surgindo, inclusive sendo bolsista em todos os anos. “A experiência de participar de uma iniciação científica foi fundamental para a minha vida acadêmica e profissional. A partir da bolsa, pude apresentar artigos e trabalhos em congressos nacionais e internacionais, experiências que dificilmente teria se não fossem as políticas de cotas e bolsas”, avalia.



Júlia Botelho foi a primeira da família a ingressar na graduação: "Muitos não conseguiram concluir nem o Ensino Fundamental"

Júlia, que é moradora do aglomerado Cabana do Pai Tomás, desenvolveu a vida acadêmica muito mais cedo que os colegas de faculdade. "Sinto que dificilmente as oportunidades que tive viriam se não fosse pelo tempo que passei no CEFET e pelos professores que conheci. Se não fosse pela Lei de Cotas, acredito que nunca teria tentado sequer fazer a prova, pelo medo da reprovação". Após estagiar em uma agência de Turismo, Júlia se encantou pela área de *Marketing* e conseguiu aliar as duas paixões profissionais. Hoje, estuda Letras na UFMG, com Ênfase em Comunicação, e trabalha com marketing e criação de conteúdo na Maxmilhas, empresa de solução para viagens.

Inspiração

Durante o período em que estudou no CEFET-MG, Jhennifer se sentiu acolhida e também considera que as bolsas foram de grande auxílio para que concluísse a sua formação. Para ela, a Lei de Cotas é de extrema importância por tê-la ajudado a ingressar no Ensino Médio Técnico e também na Graduação, na Universidade Federal de Lavras (UFLA), Instituição em que cursa Sistemas de Informação.

"A Lei de Cotas foi o que me possibilitou ser a primeira pessoa da minha família a ingressar em Instituições Federais. Meus objetivos atuais são me formar na universidade e garantir meu lugar no mercado de trabalho, especialmente na área de TI, uma área extremamente masculinizada e branca. Quero servir de inspiração para outras pessoas pretas que também têm interesse na área, mas não conseguem se enxergar nela", vislumbra.

Estudantes pretos, pardos e indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

2003 – 36%
2018 – 52%



Estudantes com renda mensal familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio

2003 – 44%
2018 – 70,2%



Estudantes cotistas

2005 – 3,1%,
2018 – 48,3%



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES (Andifes, 2018).

Vozes aprisionadas

Projetos do CEFET-MG buscam transformar realidades de pessoas privadas de liberdade ou egressas do sistema prisional

• Gilberto Todescato Telini •

“Fui colocada para fora de casa aos 14 anos. Não tive uma boa convivência com meus familiares durante a infância devido a vários problemas, inclusive por não aceitação da minha opção sexual. Mora com um, com outro... Passei um período na casa da minha avó e tive muitos problemas por conta de preconceito. Aí eu fui morar sozinha, com 16 anos. Nessa minha jornada, conheci uma pessoa. Não sabia das coisas que ele fazia. Ele me pediu pra guardar droga pra ele. Eu não tinha maldade, o conhecimento que tenho hoje de que isso me acarretaria tantos problemas, judiciais e sociais. Fiz isso durante cinco meses, fui condenada à prisão.” Yorrana Keyte Souza Ameno, 26 anos. Natural de Belo Horizonte. Atualmente, reside em São Joaquim de Bicas, após cumprir pena de dois anos e quatro meses.

O registro de Yorrana pôde ser ouvido, contado. Para tratar de experiências como a dela no cárcere, o CEFET-MG está envolvido em três grandes projetos que buscam acolher e apoiar pessoas privadas de liberdade ou egressas da prisão: o programa “Virando a página”, o projeto “Alvorada” e a Rede de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional (RAESP), sob o olhar atento da professora Roseane Lisboa, do Departamento

de Ciências Sociais e Filosofia (DCSF), que lidera essas iniciativas na Instituição.

Para ela, tratar do assunto e dar voz às pessoas privadas em liberdade significa escolher um lado da história, raramente contado. “A prisão é seletiva, os corpos aprisionados têm cor e classe social, um espaço antieducativo, não ressocializador, que destitui todos de sua liberdade, sem possibilidades de escolha. Não destitui somente da liberdade física, mas da liberdade de ser. É avassalador, já que retira das pessoas o direito de existir.”



Professora Roseane Lisboa, separando livros para projeto de leitura e escrita em presídios



Yorrana Keyte se dedica à rede de proteção de pessoas egressas do sistema prisional

Virando a página

O projeto pensa o indivíduo aprisionado com suas possibilidades de ser livre, começando pelo contato com a leitura e a escrita, passando pela comunicação por meio de cartas. Ele surgiu para minimizar os impactos do isolamento social causados na pandemia às pessoas privadas de liberdade. Inicialmente, a ideia foi posta em prática no presídio feminino de Vespasiano.

A ideia permitiu ampliar o acervo do presídio, que conta hoje com 723 livros, além deles, 62 a 65 títulos são emprestados quinzenalmente. Foram criadas “fichas de leitura”, que são respondidas espontaneamente pelas presas. “Além disso, criamos a biblioteca itinerante, que funciona num carrinho de supermercado que circula em todas as celas do presídio, como forma de democratizar o acesso ao acervo”, detalha.

O sucesso da ação fez com que ela fosse levada ao Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade e à Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (exclusiva para o público LGBTQIA+). O Centro Socioeducativo de Justinópolis, em Ribeirão das Neves, que atende jovens infratores internos, será mais uma parte do projeto que, de tão grande, tornou-se programa de extensão.

O “Virando a página” atende cerca de 250 pessoas. Na equipe, a professora Luciana Cezário (Departamento de Artes) coordena o Arte Postal, para envio e trocar de cartas e postais entre as futuras mães, e o professor Luiz Lopes (Departamento de Linguagem e Tecnologia) coordena o projeto na Jason, com correções de resenhas e rodas de conversa com os internos. Além dos professores, há três alunas bolsistas do curso Equipamentos Biomédicos e sete alunos(as) voluntários(as) dos cursos Química, Equipamentos Biomédicos, Eletrônica, Eletrotécnica e Meio Ambiente.

Projeto Alvorada

“Ao entrar no cárcere, o indivíduo já ganha um selo, um estigma, com o qual ele vai conviver mesmo quando estiver aqui fora. O retorno para casa é muito difícil e, às vezes, há um rompimento com a família e a situação de rua é a saída.” Pensando nessas pessoas, que sobreviveram ao cárcere e buscam o recomeço, a professora Roseane lidera o projeto “Alvorada”, que trabalha a inserção do egresso do sistema prisional em um duplo contexto: do trabalho como princípio educativo e da inserção e permanência dele no mundo do trabalho.

Financiando pelo Departamento Penitenciário, do Ministério da Justiça, 20 egressos, já selecionados, começam um curso de Montagem e Manutenção de Computadores no CEFET-MG, no dia 8 de novembro. As atividades serão ofertadas durante oito meses, divididas entre aulas e estágio supervisionado, para direcioná-los a vagas em empresas. A oferta será no *campus* Nova Gameleira (Belo Horizonte). Além de aulas teóricas e práticas, tutorias e disciplinas como Saúde e Qualidade de Vida, Empreendedorismo e Projeto de Vida farão parte do currículo.

Ao todo, compõem o projeto 12 professores, um assistente social, um assistente administrativo e um supervisor de estágio, todos servidores do CEFET-MG selecionados em edital, com coordenação pedagógica da professora Roseane Lisboa e coordenação administrativa do professor Luiz Cláudio de Almeida Teodoro (DCSF).

Rede de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional

“O objetivo da RAESP é fortalecer as iniciativas de garantia de direitos para aqueles(as) que foram privados(as) de liberdade, bem como seus familiares. Os membros da Rede são instituições e pessoas que possuem um propósito e já atuam na defesa de Direitos Humanos, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária”, detalha Roseane, que, atualmente, coordena a RAESP e a comissão de políticas públicas.

Yorrana Keyte, que abriu esta matéria, é parte desse grupo e busca, por meio dele, compartilhar experiências e levar voz a quem está privado dela, como ela mesma esteve, até o dia 14 de janeiro de 2021, quando foi posta em liberdade. “Na última reunião do RAESP, estava debatendo isso: enquanto a pessoa está cumprindo a pena, o que o Estado está fazendo para ele não voltar para lá? Nada. O Estado joga ela lá até que cumpra a pena. Nessa reunião, dei a ideia de disponibilizar uma lista de cursos para aquele preso fazer enquanto estiver lá dentro, aí ele pode sair com a profissão que escolheu: cabelereiro, manicure, esteticista, *design*... Se ele voltar pro cárcere, não vai poder dizer que não houve oportunidade”, finaliza.



Arte Postal - ação do Virando a Página em unidade de gestantes privadas de liberdade

Remetente: Luciana* (nome fictício) • Presídio Feminino de Vespasiano
Destinatário: Ellen, Luciana, Natália e Roseane • “Virando a página”

“Meu desejo é ser uma pessoa que possa ser assim, que transmite amor, carinho para outras pessoas, assim como vocês, que ajudam quem precisa. Meninas, a saudade é uma palavra que demonstra amor que temos. Sentimos saudades de quem amamos, sentimos falta de quem já partiu. Mas a saudade também é de coisas boas que já vivemos, passamos e muito mais. Ah, se eu pudesse ser um animal, queria ser uma coruja, pois a coruja observa tudo e também a noite, o céu, as estrelas e tudo que se passa aos seus olhos, é um animal observador.”

Medalha de ouro para a ciência



Alunos do CEFET-MG são destaques na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica

• Flávia Dias •

“Aos 12 anos, decidi que quero ser astrônomo e, desde então, me inspiro em diversos físicos e astrônomos. Por ser uma escolha de carreira um pouco incomum e complexa, somada com as inseguranças que qualquer um tem, sempre há aqueles dias em que você se pergunta se vai conseguir chegar lá. Uma medalha de ouro nessa área científica que sou apaixonado representa que sou capaz de chegar lá”. Esse depoimento é de Christian Gaspar, aluno do curso técnico em Química no *campus* Nova Suíça (BH), que recebeu medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA) e é um admirador da Astronomia, uma ciência natural que estuda corpos celestes como estrelas e planetas.

Christian foi um dos oito estudantes a conquistar a premiação máxima da competição na 24ª edição da OBA, os outros sete primeiros lugares são dos *campi* Contagem (três), Leopoldina (um), Nova Suíça (um) e Timóteo (dois). Houve ainda cinco medalhistas de prata no *campus* Nova Suíça.

Helena Carvalho, aluna do Nova Suíça e ouro na OBA, acredita que a premiação, seja medalha de ouro, prata, bronze ou menção honrosa, é uma forma de reconhecer o esforço dos estudantes. “A OBA é um grande estímulo para nos dedicarmos aos estudos e participarmos de desafios para pôr à prova nossos conhecimentos e habilidades”, afirma. Para ela, o CEFET-MG contribuiu para a conquista. “É um ambiente que nos incentiva continuamente a aceitarmos desafios e explorarmos as mais diversas áreas do conhecimento”, conclui.

Opinião compartilhada por Pedro Henrique Pires, do *campus* Contagem e medalhista de ouro, que acredita que o CEFET-MG oferece oportunidades de participar de projetos e atividades nas áreas de interesse dos alunos. “Sendo eu uma pessoa que aprecia os campos da Astronomia e da Astronáutica, a OBA é uma boa maneira de testar os meus conhecimentos sobre assuntos da área. Sempre me deixa fascinado ao mostrar como podemos aplicar nossos conhecimentos para entender melhor o universo. É uma honra poder receber a medalha de ouro por dois anos consecutivos, isso me mostra que sou recompensado por estar me dedicando cada vez mais ao que gosto”, afirma Pedro.

A OBA é realizada pela Sociedade Astronômica Brasileira e Agência Espacial Brasileira (AEB), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). O objetivo da competição é fomentar o interesse dos jovens pela Astronomia e pela Astronáutica e ciências afins e promover a difusão dos conhecimentos básicos de uma forma lúdica e cooperativa, mobilizando alunos, professores, pais e escolas.

A Olimpíada é aberta a alunos do primeiro ano do ensino fundamental até alunos do último ano do ensino médio de escolas públicas ou privadas, urbanas ou rurais.



Campus Contagem

Medalha de ouro: Carlos Márcio Costa, Ludmila Carvalho e Pedro Henrique Pires

Campus Leopoldina

Medalha de ouro: Ayres Willian Monteiro

Campus Nova Suíça (BH)

Medalha de ouro: Christian Gaspar e Helena Carvalho

Medalha de prata: Gabriel Lucas Martins, Henrique Franco, Luiza Goulart, Matheus Barbosa e Ohana Martins

Campus Timóteo

Medalha de ouro: Renan Costa e Ruan Siqueira